

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A ORGANIZAÇÃO DE USUÁRIOS DE AGUA - A EXPERIÊNCIA DO CEARÁ

**Rosana Garjulli, João Lucio Farias de Oliveira,
Ubirajara Patricio Alvares da Silva e Hugo Estênio Rodrigues**
*Técnicos em gestão e planejamento de Recursos Hídricos da
Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará-COGERH
Rua Pereira Filgueiras, 2020, sala 408
Telefone: 261-7182 - Fax: 261-8381
Ceará - Brasil*

CENÁRIO

Mesmo sendo um recurso natural indispensável, a água no Ceará é tratada como recurso ilimitado, ora como bem público ora privado, mas sempre disponível e gratuito. É utilizada sem qualquer planejamento que racionalize seu uso e potencialize sua capacidade de gerar vida e renda.

Ao se propor a organização dos usuários de água no Ceará, há que se ressaltar algumas características que irão determinar este processo, dentre os quais destacam-se :

- a água como elemento essencial a vida humana, vegetal e animal, mas escasso e limitado em quase todo o Estado;
- a água como elemento natural dinâmico que não tem uma função estática, e que ao se prestar a múltiplos usos gera interesses antagônicos que mal administrados transformam-se em graves conflitos entre os diversos usuários e na má utilização deste recurso;
- a prática histórica da intervenção governamental no nordeste, caracterizada pela realização de obras hídricas pontuais, desvinculadas de um processo de desenvolvimento integrado para uma determinada área, que resultou na privatização de muitas destas obras públicas;
- o paternalismo que caracteriza as intervenções mais estruturadas dos perímetros públicos de irrigação e que levaram a dependência quase que total dos irrigantes em relação aos órgãos governamentais;
- a força do componente cultural que concebe que as fontes de água , riachos , cachoeiras e até rios perenizados que existem ou passam por terras particulares são também particulares e portanto disponíveis para qualquer forma de uso , sem nenhum controle público;
- a dependência histórica da população em relação ao Estado , para atendimento, quer seja para o abastecimento de água nos períodos emergenciais de seca ou como construtor de infra-estrutura hídrica a “custo zero” para os usuários.

Embora não sejam exaustivas estas características são determinantes para evidenciar as particularidades do processo de organização dos usuários de água no Ceará. Estes traços culturais que refletem uma prática econômica, política e social que existe em relação aos recursos hídricos é que terá que ser revertido, através de um processo participativo de organização dos usuários de água do Ceará, que se torna fundamental para a compreensão da água como bem econômico essencial para o processo de desenvolvimento.

PROPOSTA

Partindo destes condicionantes a promoção do processo de organização dos usuários, torna-se o principal elemento da Política Estadual de Recursos Hídricos, a qual criou espaços de discussão e deliberação relativos a utilização mais racional e eficiente da água, onde este recurso natural deverá ser tratado como um bem econômico, um elemento vital, escasso e essencial para o desenvolvimento, devendo portanto ser gerenciada de forma integrada, descentralizada e participativa

Em termos de se desenvolver um processo de apoio a organização de usuários de água não existe formulas mágicas, nem receitas prontas e acabadas, compreende-se entretanto, que alguns procedimentos são fundamentais, tais como:

- Conhecer a realidade de cada região indentificando as organizações existentes e seus respectivos níveis de organização e o trabalho intitucional que já vem sendo realizada com as mesmas
- Apoiar a formação de organizações de usuários, respeitando as especificidades de cada realidade, enquanto espaço de negociação social, ccom o intuito de resolver eventuais conflitos que venham a ocorrer devido aos múltiplos usos da água.
- .Dotar os usuários de informações técnicas para que possam ter uma visão global e integrada da problemática dos recursos hídricos principalmente de sua bacia hidrográfica.
- .Assessorar as organizações de usuários no que se refere a elaboração de uma proposta de planejamento e gestão de recursos hídricos, de forma integrada que privilegie um processo de desenvolvimento sustentável
- Organizar os usuários de água, nos diversos níveis, para que estes possam acompanhar as ações governamentais evitando distorções quanto ao destino das obras hídricas públicas, a autorização das outorgas para o uso da água e a definição das tarifas sobre este uso.
- Preparar e discutir com os usuários de água o Plano Anual de Operação dos reservatórios e vales perenizados
- Reordenar a política de ocupação das bacias hidrográficas dos açudes públicos, quando se fizer necessário.
- .Envolver as organizações de usuários na construção de um processo de co-gestão das bacias hidrográficas, através da criação dos Comitês de Bacia

PRESSUPOSTOS BÁSICOS

A definição de uma proposta metodológica para intervenção da COGERH junto aos usuários de água no Estado do Ceará tendo em vista o ordenamento, o controle e a organização desses usuários exige um novo direcionamento e uma metodologia que leve em conta a integração institucional e a participação dos usuários.

Neste processo dois pressupostos básicos despontam como elementos imprescindíveis: o respeito mútuo entre os usuários, entre técnicos e usuários e o diálogo permanente como pressuposto para chegar ao entendimento, fundamentado no conhecimento técnico da área

•A proposta de organização dos usuários na perspectiva de uma metodologia participativa esta interrelacionado necessariamente a fatores como :

- a normatização dos diversos usos da água;
- o estabelecimento de regras flexíveis a mudanças de acordo com as demandas dos grupos sociais;

•a mediação institucional sistemática dos conflitos que procure estabelecer o consenso por meio do diálogo , capaz de gerar credibilidade e legitimidade do sistema institucional junto aos usuários.

O fazer de uma metodologia participativa tem como exigência básica a ação conjunta e participativa dos usuários e dos técnicos nos momentos de conhecimento da realidade , no processo de planejamento , organização, execução e avaliação das ações.

O processo de organização dos usuários não pode ser visto como algo pré-determinado através de um modelo de organização institucional ou como algo inevitável. Ele deve partir do conhecimento das diferentes realidades e da identificação das formas de organização já existentes.

O planejamento e a ação dentro de uma proposta de metodologia participativa só podem ser elaborados e sistematizados a partir das próprias demandas dos usuários. A motivação da organização dos usuários para elaboração de um plano mínimo de desenvolvimento deve ser uma das preocupações da ação técnica como instrumento indispensável para a melhoria da qualidade de vida dos usuários. A noção de gerenciamento de recursos hídricos, da água como um bem econômico e do usuário pagador não podem estar dissociadas da melhoria da qualidade de vida desses usuários como forma de utilizar a futura cobrança

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A bacia hidrográfica é adotada como unidade de planejamento e gestão dos recursos hídricos, entretanto, devido as especificidades econômicas, sociais e culturais que caracterizam os diversos usuários de uma mesma bacia hidrográfica, torna-se fundamental definir etapas progressivas no processo de apoio a organização destes usuários.

Numa região semi-árida como o Ceará o açude se coloca como elemento vital, até mesmo para o processo de constituição e desenvolvimento das cidades interioranas. É portanto, o núcleo básico da atuação institucional em termos do processo de organização dos usuários e de gerenciamento da bacia hidrográfica, onde será apoiada a formação ou fortalecimento de associações de usuários ou cooperativas de vazanteiros ou pescadores, etc...

Num nível um pouco mais complexo de relação entre usuários, destacam-se os vales perenizados, que na maioria das vezes, constituem-se num conjunto de açudes, trechos perenizados e perímetros irrigados, que envolvem diversos usuários e múltiplos conflitos, e que portanto pela sua complexidade, representam uma segunda etapa do processo de organização .

Nestas áreas será incentivada a articulação entre as diversas formas de organização existentes ou a serem formadas e a constituição de sub-comitês de Bacia, por áreas de interesses mais específicas ou interrelacionadas.

Finalmente um terceiro nível de atuação é a Bacia Hidrográfica, como um todo, muito mais complexa que os níveis anteriores, devendo ser permanentemente visualizada enquanto unidade de planejamento e gerenciamento, mas que em termos do processo organizativo, coloca-se como uma etapa muito mais avançada, onde serão constituídos os Comitês de Bacia, com representantes de irrigantes, de pescadores, de vazanteiros, de prefeituras, de órgãos governamentais e não-governamentais, que atuam na área, com o objetivo de colocar em prática a co-gestão da Bacia Hidrográfica.

É fundamental, portanto, a compreensão de que o apoio ao processo de organização dos usuários deverá considerar estes níveis de complexidade, caso contrário estará fadado ao fracasso, pois torna-se praticamente impossível formar Comitês de Bacia que assumam o processo de co-gestão, aonde não existe qualquer forma de organização consistente entre os usuários (na base).

Os procedimentos aqui propostos não devem ser encarados como uma fórmula ou uma receita a ser seguida , mas sim como um roteiro mínimo de ações necessárias a implementação do processo

de organização dos usuários de recursos hídricos e que está sujeito a possíveis modificações a partir de sua confrontação com as diversas realidades encontradas.

DIAGNÓSTICO- Dentro da proposta de intervenção para uma determinada área o passo inicial é o diagnóstico , ele é importante para o conhecimento da realidade onde o técnico irá se inserir , devendo ser encarado não apenas como ponto de partida , mas como elemento permanente na dinâmica do processo de organização.

A fase de diagnóstico não deve ser reduzida a simples coleta de dados por parte do técnico , mas sim como um processo inicial de discussão junto aos usuários de água , e com eles estabelecer um processo de ação/ reflexão/ ação sobre a realidade e sua transformação.

o partes integrantes do diagnóstico o cadastro dos usuários, de suas organizações e instituições que atuam na área, assim como o levantamento da estrutura hídrica, fundiária e agroecológica da Bacia.

PROPOSTA DE REORDENAMENTO -A água e a terra enquanto elementos do processo de produção capazes de gerar renda devem cumprir sua função social, tendo em vista a melhoria das condições de vida daqueles que a utilizam para os mais diversos usos. Neste sentido a ordenação desses fatores de produção , principalmente nos açudes estaduais deve ser uma tarefa das mais importantes para a política de gerenciamento das bacias hidráulicas. Três aspectos se colocam como importantes para definir uma proposta de reordenamento para as área de jusante e montante dos açudes públicos:

- discussão do diagnóstico e levantamento de critérios de reordenamento com os usuários
- elaboração de um projeto técnico de reordenamento :
- discussão do projeto técnico de reordenamento e definição do seu processo de implantação com usuários , instituições governamentais e não governamentais que atuam na área :

ORGANIZAÇÃO DOS USUÁRIOS- Tomando-se por base os pressupostos metodológicos, considera-se como princípio fundamental para o desenvolvimento do processo de organização de usuários de água o respeito a dinâmica social e cultural dos mesmos e de suas formas de interação social, onde estão explicitos processos de organização informais e em alguns casos já formalizados, como nos casos de associações de produtores, associações comunitárias , cooperativas , etc.

A ação técnica deve fortalecer essas formas de organização e a motivação para uma participação efetiva na proposta de gerenciamento da bacia hidrográfica..

Os mecanismos de intervenção serão definidos a partir da participação direta nas reuniões dessas organizações ou com os moradores da bacia quando não existir qualquer forma de organização ou ainda nos processos de mediação dos possíveis conflitos que ocorrem em relação ao uso da água.

AÇÃO INTERINSTITUCIONAL- A ação do órgão gestor de águas a nível das das bacias hidrográficas estaduais deve ter o caráter essencialmente descentralizado.O princípio básico é o de co-responsabilidade no controle e no gerenciamento das bacias hidrográficas , neste sentido a ação deve estar integrada as diversas instituições municipais , estaduais e federais que atuam nessas bacias.

A criação de grupos de trabalho entre os técnicos das instituições afins deve ser um dos instrumentos importantes para uma ação integrada que venha favorecer o fortalecimento institucional e as tomadas de decisões em comum, no sentido do desenvolvimento integrado das regiões hidrográficas.

Esta ação interativa deve ter como objetivo principal a participação institucional no processo de gerenciamento das bacias hidrográficas através dos comitês de bacia que funcionarão como

colegiados responsáveis pela formulação das políticas de desenvolvimento sustentável e conservação das bacias hidrográficas

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO- A proposta de gerenciamento participativo pressupõe o desenvolvimento auto-sustentado da bacia hidrográfica respeitando as potencialidades da região, as perspectivas dos usuários e a conservação do meio ambiente

A elaboração de um plano de desenvolvimento auto-sustentado e integrado da bacia deve ter como etapas básicas:

- elaboração de planos setoriais de desenvolvimento das diversas organizações de usuários existentes nas Bacias Hidrográficas.
- a compatibilização destes em um plano de desenvolvimento integrado da bacia ou sub-bacia hidrográfica, que respeite suas características, físicas, ambientais e sociais e potencialize o aproveitamento da água existente, de forma a garantir melhores condições de vida a seus usuários;
- ação integrada das instituições afins engajadas nos comitês de bacia capaz de abrir canais diretos de participação e execução dos planos de desenvolvimento aos comitês de bacia nas diversas áreas de interesse de cada instituição.